



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CULTURAIS: DIÁLOGOS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

***HERITAGE EDUCATION AS A CULTURAL PUBLIC POLICY MANAGEMENT TOOL: DIALOGUES
WITH INFORMATION SCIENCE***

Gabriela de Oliveira Gobbi – Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
Maira Cristina Grigoletto – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A pesquisa aborda a educação patrimonial como ferramenta de gestão de políticas públicas culturais em diálogo com a Ciência da Informação. Para isso, investiga a produção científica acerca da educação patrimonial na Ciência da Informação, bem como pesquisas sobre patrimônio cultural de modo a identificar o desenvolvimento e explorar as potencialidades do tema na área. Em relação ao caminho metodológico, a pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos. Adota como procedimento a pesquisa bibliográfica. Constatou-se que os estudos de patrimônio cultural na área adotam abordagens de registro e mediação da informação, utilizando metodologia semelhante à da educação patrimonial, que documenta informações as quais são potenciais ferramentas para gestão de políticas públicas culturais. Com informações apresentadas e discussões realizadas, espera-se colaborar com o fortalecimento dos estudos do campo patrimonial na Ciência da Informação.

Palavras-chave: educação patrimonial; patrimônio cultural; ciência da informação.

Abstract: The research addresses heritage education as a tool for managing cultural public policies in dialogue with Information Science. To this end, it investigates scientific production on heritage education in Information Science, as well as research on cultural heritage in order to identify the development and explore the potential of the topic in the area. Regarding the methodological path, the research has a qualitative and exploratory approach in terms of objectives. It adopts bibliographical research as a procedure. It was found that cultural heritage studies in the area adopt approaches to recording and mediating information, using a methodology similar to that of heritage education, which documents information which is a potential tool for managing cultural public policies. With information presented and discussions held, it is expected to collaborate with the strengthening of studies in the heritage field in Information Science.

Keywords: heritage education; cultural heritage; information Science.

1 INTRODUÇÃO

Na área da Ciência da Informação (CI) tem ocorrido uma expansão do interesse no patrimônio cultural. Carlos Alberto Ávila Araújo (2018) ao discutir as teorias contemporâneas nesse campo, destaca o surgimento de uma subárea focada em pesquisas relacionadas à memória, ao patrimônio e ao documento. Essa tendência é “[...] marcada pela revalorização do conceito de documento e seu estudo articulado às representações sociais dos sujeitos” (Araújo, 2018, p. 68). Em 2009, Willian Souza e Giulia Crippa já haviam identificado três linhas de pesquisa promissoras nesse tema: 1) a relação entre patrimônio e o conceito de documento na CI; 2) os processos documentais e o profissional da informação; e 3) a mediação e apropriação da informação.

A ampliação da noção e ressignificação do patrimônio cultural, principalmente após a inclusão de sua natureza imaterial, novas práticas, ações e direcionamentos, refletiram diretamente na sua gestão, nos mecanismos de preservação, em suas políticas públicas e ações educativas. Novas perspectivas e paradigmas foram adotados neste campo transversal do conhecimento.

Assim como o patrimônio cultural e a CI, a educação patrimonial também passou por processos de ressignificação em seu conceito e em suas práticas, ganhando novos direcionamentos. É um campo que possui múltiplas abordagens, que se diversifica nos contextos em que está inserida.

Embora a CI já possua pesquisas expressivas no campo do patrimônio cultural, ainda há pouca exploração da área em relação a educação patrimonial. Nesse sentido, nosso questionamento é: como a CI contribui ou pode contribuir para o desenvolvimento da educação patrimonial e para seus usos na gestão de políticas públicas culturais?

Dessa forma, em um primeiro momento, buscou-se investigar a produção científica sobre educação patrimonial na CI de modo a identificar o desenvolvimento do tema na área, assim como pesquisas de patrimônio cultural a fim de verificar as abordagens utilizadas. Em seguida, a partir das descrições e discussões teóricas-metodológicas destas pesquisas, objetivou-se estabelecer conexões entre a CI e gestão de políticas públicas culturais, por meio da educação patrimonial.

A hipótese é de que a educação patrimonial pode vir a ser uma ferramenta potencial para a gestão de políticas públicas culturais, uma vez que para uma gestão eficaz é preciso

informações, pois elas fornecem uma base sólida para a tomada de decisões, monitoramento, avaliação e o envolvimento da comunidade.

Esta pesquisa é classificada sob seu critério de objetivo geral como exploratória visto que o tema é pouco investigado. Em relação a abordagem do problema, é de cunho qualitativo. Quanto aos procedimentos de pesquisa é realizada a pesquisa bibliográfica. O estudo inicia abordando os conceitos, referências teóricas e metodológicas essenciais para definir a concepção que a pesquisa tem como base. Na sequência é realizada a análise em diálogo com abordagens de políticas e gestão no campo do patrimônio.

2 NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL PARA ALÉM DA PEDRA E CAL E DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Abordar o patrimônio cultural envolve considerar vários aspectos, como os sociais, econômicos, simbólicos e educacionais. Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio passou por mudanças significativas. Inicialmente ligado à herança e à propriedade do chefe de família, de acordo com a origem latina da palavra "*patrimonium*", o termo foi posteriormente expandido e redefinido para abranger diversos domínios, como o cultural, histórico, artístico, natural, paisagístico, documental, bibliográfico, tangível e intangível, entre outros.

A inspiração de usar o termo patrimônio para se referir a bens culturais foi da "[...] ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania" (Fonseca, 1998, p. 58). De acordo com Françoise Choay (2007), essa concepção de patrimônio surgiu com a formação dos Estados modernos na Europa, no início do século XIX, marcada pela criação da primeira Comissão de Monumentos Históricos na França, em 1837, que categorizava os bens em vestígios da antiguidade, edifícios religiosos medievais e alguns castelos. Nesse cenário, os bens culturais começaram a adquirir um estatuto jurídico, e o Estado passou a proteger a herança pública (Choay, 2007).

Para José Gonçalves (2007), afirmar que a noção de patrimônio só se constituiu no final do século XVIII, junto com a formação dos Estados nacionais, é omitir seu caráter milenar. Segundo ele, a "categoria de pensamento" sobre o patrimônio não é uma invenção moderna, pois estava presente tanto no mundo clássico quanto nas "culturas primitivas". O ato de "coleccionar" é parte da vida social de qualquer comunidade humana e, de certa forma,

contribui para a formação de "patrimônios", uma vez que todos os grupos sociais "colecionam" objetos.

A primeira vez que se utilizou o termo "patrimônio cultural", embora tenha sido referido por diferentes denominações e tenha circulado por diversos outros contextos, ocorreu na Recomendação de Paris sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, resultado da Conferência Geral da UNESCO. De acordo com essa definição, o termo abrange monumentos (como obras arquitetônicas, esculturas e pinturas, além de elementos arqueológicos com valor histórico, artístico e científico), conjuntos (grupos de construções que, devido à sua arquitetura, possuem valor universal) e lugares notáveis (criações humanas ou combinações de humanos e natureza, incluindo zonas como sítios arqueológicos, que possuem valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico) (UNESCO, 1972).

Na sessão realizada no ano de 2003, na Conferência Geral da ONU para a UNESCO, a convenção de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial amplia esta definição, apresentando as recomendações para o avanço das políticas no campo. Traz como conceito para o patrimônio cultural imaterial “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados”, manifestando-se nos seguintes campos: tradições e expressões orais, expressões artísticas, rituais, festas, celebrações, práticas sociais e técnicas artesanais tradicionais.

Ao longo dos anos, o debate em torno do patrimônio tem se ampliado, incorporando novos objetos e perspectivas, o que possibilitou deslocamentos e novas formulações. Nas últimas décadas, a expansão do campo do patrimônio, conforme apontado por Leonardo Castriota (2009), foi impulsionada principalmente pela contribuição da Antropologia, que, por meio de sua perspectiva relativizadora, trouxe para o centro grupos sociais que estavam marginalizados da história. Isso resultou em uma mudança na concepção de cultura, que passou a abranger as expressões populares e a cultura de massa, deixando de ser exclusivamente relacionada à cultura erudita. Esse entendimento sobre a ampliação do campo do patrimônio está em sintonia com a visão apresentada por Gonçalves (2007), que destaca que a noção de classificar "bens intangíveis" reflete a moderna concepção antropológica de cultura, na qual o foco deixa de ser nas técnicas e nos objetos e passa a se concentrar nas relações sociais e até mesmo simbólicas. Em suma, a inclusão de novos objetos e a perspectiva

antropológica contribuíram para uma visão mais abrangente e contextualizada do patrimônio cultural.

O patrimônio cultural é frequentemente associado a ações institucionais. Com base nas abordagens propostas por Silvia Zanirato (2018), há duas perspectivas do patrimônio cultural: o "patrimônio ativado" e o "patrimônio sentido". De acordo com a autora, o patrimônio ativado ou instituído é aquele que é oficialmente definido, baseado em escolhas e valores de especialistas, assim como em interesses políticos. Geralmente, ele representa a sociedade e recebe medidas de proteção do Estado. Por outro lado, o patrimônio formado por "regimes de ação" é aquele formado “[...] por apropriação social, resultado de sentimentos, de significações construídas na relação com o tempo, com a continuidade [...]” (Zanirato, 2018, p. 23). É importante ressaltar que essas perspectivas não são excludentes, mas correspondem a ritos, especificidades de agentes, momentos processuais e estágios da patrimonialização, de sua legitimação e de sua manutenção.

Sob uma abordagem semelhante, Laurajane Smith (2011) utiliza o termo “patrimônio autorizado” aquele que é reconhecido pelas agências governamentais que o definem como “coisa”, lugar ou evento, funcionando como salvaguarda de visões e memórias do passado. A autora afirma que existem discursos autorizados do patrimônio – elitizados e ocidentais – que agem para validar os pensamentos e as práticas de valorização nos processos de constituição de “patrimônios” (Smith, 2006). Nesses percursos, de determinações acerca do que falar e escrever sobre o patrimônio, muitos elementos são obscurecidos, e o patrimônio, neste sentido, pode ser encontrado, catalogado e ser mais fácil de ter seus significados controlados e validados confiados (Smith, 2011).

A autora aponta três impactos do discurso do patrimônio autorizado: 1) exclusão de entendimentos que estão fora ou se opõem a ele, ignorando e descartando perspectivas não provenientes da elite; 2) acesso aos recursos patrimoniais permitido apenas a especialistas que validam formas de conhecimento e valores que reforçam o próprio discurso; 3) obscurecimento dos processos de produção cultural e da gestão e conservação do patrimônio, deslegitimando o debate e as controvérsias do passado e presente (Smith, 2011).

No entanto, Smith (2011) argumenta que o patrimônio não se resume a objetos ou lugares físicos, mas sim aos processos de criação de significado e representação que ocorrem ao identificar, definir, gerenciar, exibir e visitar os locais ou eventos patrimoniais. O patrimônio pode ser entendido como uma representação subjetiva que engloba valores,

memória e significados culturais e sociais, ajudando-nos a compreender o presente, nossas identidades e proporcionando uma sensação de pertencimento físico e social. O patrimônio, como um processo cultural, permite uma visão crítica que facilita o entendimento das consequências de estabelecer algo como patrimônio, bem como a compreensão da gestão das lembranças e dos esquecimentos (Smith, 2011).

Gonçalves (2007) afirma que nem sempre estes bens culturais são reconhecidos pela agência de poder como patrimônio, mas são reconhecidos como tal por partes de grupos sociais que os compõem; o contrário também se aplica. O que é selecionado é pautado em diferentes critérios, valores, visões e funcionalidades do patrimônio.

Na perspectiva de Llorenç Prats (1998, 2005), o patrimônio cultural é uma invenção, uma construção social, ou seja, não é algo natural ou dado, mas um artefato criado por um determinado grupo ou pessoa em algum espaço de tempo e lugar. O antropólogo entende por patrimônio tudo aquilo que socialmente se considera digno de conservação, incluindo o que se denomina patrimônio natural. Conforme o autor, o processo de patrimonialização obedece a duas construções sociais diferentes, mas complementares e sucessivas, são elas: primeiro a sacralização da externalidade cultural, que seria onde um bem, uma manifestação ou um lugar é convertido em patrimônio, e seria um mecanismo universal em que a sociedade define um ideal cultural para si como um sistema de representação. O segundo processo seria a valorização e ativação, e atrela-se a três poderes – político, econômico e científico – e depende deles para a ativação de repertórios patrimoniais, apesar de também serem submetidos posteriormente à aprovação da própria sociedade (Prats, 1998).

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A educação patrimonial foi introduzida no Brasil no ano de 1983, embora já houvesse práticas e terminologias no campo da educação mediada pelo patrimônio, como “Educação Museal” e “Educação para o Patrimônio” (Tolentino; Costa, 2020). De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999) que tiveram grande influência com o Guia de Educação Patrimonial, a área tinha o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, a experiência e o contato com o bem e a manifestação levaria conhecimento, apropriação e valorização das heranças culturais.

Segundo Scifoni (2022), ensinar, neste contexto, era levar o conhecimento acerca do patrimônio definido pelo Estado, esta abordagem tradicional partia da ideia que era necessário “conhecer para se preservar”. As políticas eram voltadas para a difusão, que reproduzia um discurso do Estado e de memória de poder. Neste sentido, o patrimônio foi por muito tempo aquele que eram eleitos pelas elites, deixando de lado por muitas décadas não só diversidade cultural dos grupos subalternizados, mas o passado conflituoso.

No ano de 2006, ainda com a autora, começou a ser construída uma nova forma de se fazer educação patrimonial no IPHAN, principalmente devido a entrada de novos servidores do órgão. A “nova pedagogia” foi fruto de muitas discussões de fóruns, seminários, eventos, que culminou nos três principais marcos na área, duas publicações: uma lançada em 2014, ‘Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos’, na qual abordou novos princípios educativos; e a outra, em 2016, ‘Educação Patrimonial: inventários participativos’, que criou um instrumento em âmbito institucional; e no mesmo ano ainda foi publicada a Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016, que estabeleceu as diretrizes, no âmbito de IPHAN, para a educação patrimonial no Brasil, superando a visão tradicional. A portaria entende a Educação Patrimonial por:

[...] processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (Brasil, 2016, seção 1).

Já os inventários participativos são ferramentas de educação patrimonial que não são regulamentadas por leis federais, como o tombamento e o registro, e são divididas em duas categorias principais: 1) Lugares, Objetos, Celebrações e Formas de Expressão; e 2) Saberes. Sua metodologia foi baseada nos Inventários Nacionais e utiliza um método etnográfico, compreendendo três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação. Pode-se dizer que o principal papel desses inventários é registrar o patrimônio cultural, com a própria sociedade desempenhando um papel protagonista nesse processo (IPHAN, 2016).

A educação patrimonial foi, portanto, durante muitos anos, segundo Scifoni (2022), o lugar propenso do discurso autorizado sobre o patrimônio, onde se reproduzia as narrativas do Estado, como se as escolhas representativas do passado fossem hegemônicas. Esta abordagem começou a ser problematizada, juntamente com a trajetória de políticas públicas de patrimônio, o principal apontamento foi a descolonização da educação patrimonial. Neste

sentindo, as práticas educativas passaram a enfatizar o patrimônio do cotidiano dos grupos sociais, e não somente aqueles autorizados (Scifoni, 2022).

Florêncio (2014), com base em experiências e reflexões trazidas dessa abordagem apresenta seis princípios e diretrizes norteadores para a educação patrimonial: 1) comunidades precisam ser participantes efetivas das ações educativas; 2) bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas; 3) educação patrimonial como processo de mediação; 4) patrimônio cultural é um campo de conflito; 5) territórios como espaços educativos; 6) intersectorialidade das políticas públicas, ou seja, articulação e vínculo com outras políticas como as do turismo, meio ambiente, educação entre outras. Já Scifoni (2022) menciona a tríade de princípios que foi construída coletivamente, são elas: a autonomia dos sujeitos, dialogicidade, a participação social.

Percebe-se que a visão de Florêncio (2014) dialoga com as análises de Scifoni (2012; 2022), sobre a Educação Patrimonial, seus desafios, objetivos e fundamentos a partir de uma concepção freiriana, libertadora e emancipatória. Como também com as abordagens de Tolentino e Castro (2020) que trata a Educação Patrimonial e pela perspectiva decolonial. Esta visão libertadora é a busca da construção de outra relação entre a comunidade e seu patrimônio cultural voltado pela emancipação.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para a exploração da temática educação patrimonial pesquisamos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódico em Ciência da Informação (Brapci), utilizando o descritor “Educação Patrimonial”. Deste modo, recuperaram-se todos os documentos quando o termo estava presente em qualquer parte, ou seja, no título, palavras-chave, resumo ou no texto completo, com vistas a se obter um resultado mais relevante e preciso para investigar também aquelas publicações que têm relação com a educação patrimonial, mas que esse não é o tema central. A busca englobou todo período de cobertura da base de 1972 a 2024. Foram recuperadas 48 publicações.

Foram identificados dois estudos bibliométricos, de Gobbi, Grigoletto e Carneiro (2024) e de Miguel e Moraes (2023) o primeiro faz uma análise de todas as publicações e todo o período da base e o segundo estudo limita-se a artigo de periódico e o corte cronológico foi de 2012 a 2024. Constatou-se por meio da leitura que nenhuma pesquisa tinha como enfoque

a informação como elemento para gestão de políticas culturais via educação patrimonial. As principais abordagens, que aqui vale mencionar, são: a utilização de arquivo como fonte educativa junto a disciplina de História; com enfoque na conservação de acervos; na instituição como parte do patrimônio cultural da cidade; no uso de tecnologias e jogos educacionais, entre outras.

Em relação ao patrimônio cultural identificou-se no estudo de Gobbi (2023) mapeamento de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil sob a ótica da CI, sendo possível compreender como a área faz uso de conceitos, como contribui e pode auxiliar no campo do patrimônio cultural. A autora destaca três pesquisas que mapearam e discutiram o tema, a de Souza e Crippa (2010) com periódicos indexados no Portal de Periódicos da Capes que buscaram a produção, os agentes e a inclusão deste assunto nas instituições e eventos da área. Foram pioneiros em discutir o tema, trazendo importantes reflexões sobre a inserção do Patrimônio Cultural na CI e sobre a área o considerar efetivamente objeto de estudo.

Outra contribuição foi o de Ana Lúcia Tavares de Oliveira *et al.* (2017) que analisaram as produções científicas acerca do patrimônio cultural imaterial comunicadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) entre os anos de 2010 e 2016 do Grupo de Trabalho Informação e Memória, criado no ano 2010. Apresentaram os títulos dos trabalhos, seus autores e as conclusões que eles fizeram de suas pesquisas. A metodologia se pautou na análise de conteúdo e os pesquisadores concluíram que as produções científicas são importantes na reconstrução da memória cultural, mas ressaltando que são iniciantes para atender às perspectivas da sociedade da informação.

Em uma linha próxima foi o de Oliveira (2020), que verificou como o patrimônio cultural é abordado na Ciência da Informação a partir dos ENANCIB, com o mapeamento e a identificação da produção científica no período de 1994 a 2019 para análise de produção. A autora constata que os pesquisadores da área têm se ocupado de questões relacionadas aos processos de Gestão da Memória, Organização e Representação da Informação. Foram recuperadas 173 comunicações, os termos e os pesquisadores mais presentes.

A partir dos estudos mencionados, Souza e Crippa (2010), Olivera *et al.* (2017), Oliveira (2020) e Gobbi (2023) selecionamos as que abordam o registro do patrimônio cultural e tem aporte nas diretrizes e técnicas da história oral e na etnografia, as quais utilizam entrevistas semiestruturadas para identificação dos bens culturais junto às comunidades. Com esta

metodologia é possível a aproximação da educação patrimonial com foco na gestão de políticas públicas culturais.

5 GESTÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Diante do exposto, o patrimônio cultural tem adquirido maior representatividade no âmbito da Ciência da Informação a partir do século XXI com discussões em torno da produção, das necessidades e do uso de sistemas de informação, além de questões que envolvem a patrimonialização, valores, ressignificações, e outros enfoques que perpassam o ciclo vital da informação. Observou-se que as investigações apresentaram considerações acerca do patrimônio sustentado a partir de seus usos; trouxeram as políticas nacionais e estaduais de cultura como mecanismo de proteção e preservação do patrimônio cultural; abordaram o patrimônio na perspectiva do direito; a informação e a documentação patrimonial e seus processos; o patrimônio como documento; a mediação cultural; e o registro da oralidade. De modo geral, as pesquisas demonstraram as potencialidades da área na construção da memória social, da identidade e da cidadania.

No âmbito dessa pesquisa, informação como elemento essencial para gestão de políticas culturais via educação patrimonial, alguns estudos foram produto de comunicação científica, o de Bezerra (2014), por exemplo, ao realizar um inventário de bens culturais de três comunidades no complexo do Vale do Gramame em João Pessoa (PB), colocando na centralidade o registro e a preservação de informações sobre os bens e a memória através da oralidade, gerou a produção de um instrumento de informação que possibilitou segundo o autor, práticas preservacionistas mais eficientes.

Em uma perspectiva próxima, Almeida (2018) cartografa as ações desenvolvidas pelos mestres de cultura e brincantes do Cariri cearense (CE) com aporte na CI para refletir acerca da memória, suas dinâmicas, representações e ações de preservação do Cariri. A partir de entrevistas e de análise documental, ela identificou os sentidos sociais e institucionais que circundam as tradições orais. Para a pesquisadora, as contribuições da CI para o campo do patrimônio seriam pelo fortalecimento dos estudos sobre as expressões da cultura, como possibilidades e aplicações práticas em projetos de organização e sistemas de informação voltados para cultura, visando a disseminação, o acesso e o uso das informações, uma vez que quanto mais se estuda e analisa os bens culturais, mais se pode traçar estratégias e ações para

salvaguarda. A autora, com base em Azevedo Netto (2008) ressalta que nos processos de preservação patrimonial há vários questionamentos, e o principal instrumento que se pode dispor é a informação. Neste sentido, a educação patrimonial produz informações por meio da identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimonial.

Souza (2011), em “Santa Rosa de Viterbo: mediações para uma discussão sobre a ideia de Patrimônio Cultural” analisou como os moradores se apropriam do patrimônio através de seus discursos e ações. Ressalta ao longo de sua dissertação a importância da percepção e da representação da comunidade para definir seus bens, uma vez que, historicamente, as políticas patrimoniais adotaram critérios técnicos de especialistas. A partir da história oral em diálogo com a mediação cultural realizaram-se as entrevistas. O modelo de intervenção proposto coloca a comunidade como protagonista no processo de patrimonialização, destacando as percepções e representações dos habitantes para definir os bens patrimoniáveis.

Em um estudo recente Gobbi (2023), utiliza a metodologia próxima aos inventários participativos para identificação do patrimônio cultural na cidade de Santa Maria de Jetibá (ES), mapeia as noções e manifestações do patrimônio cultural, como também identifica incômodos e desejos sob o olhar da comunidade e agentes públicos com o objetivo principal de verificar se as políticas culturais alcançam suas propostas, se estavam e se estão em confluência com as necessidades da comunidade local. A educação patrimonial foi mencionada como alternativa em diversas falas, principalmente quando os entrevistados foram questionados sobre a dificuldade ou medo de que uma tradição acabe.

Observa-se que uma das formas da comunidade estar presente na gestão patrimonial é por meio dos inventários participativos que devem ser realizados não só pela comunidade, mas também por instituições de cultura e ensino. Como dito, o grande desafio nos processos de patrimonialização na contemporaneidade é o protagonismo das comunidades. O processo de reconhecimento do patrimônio cultural deve se iniciar com a identificação dos bens por elas, que têm o direito de participar das escolhas a respeito do que deve e do que não deve ser preservado. Incluir a comunidade neste processo, além de democratizar a patrimonialização, de certo modo, é reconhecê-la como autora, e afirmar que quem atribui sentido para o patrimônio cultural são os grupos sociais.

As pesquisas de Souza (2011), Bezerra (2014), Almeida (2018) e Gobbi (2023) usaram a história oral como caminho metodológico no intuito de coletar informações acerca do

patrimônio por meio de narrativas da comunidade. A informação coletada e registrada pode desempenhar um papel fundamental na gestão de políticas culturais, fornecendo as bases para a tomada de decisões informadas, bem como o monitoramento e a avaliação das ações implementadas. Por meio dela é possível realizar diagnósticos, obter um panorama de recursos disponíveis, das práticas culturais e de toda sua diversidade.

Com a informação coletada através da educação patrimonial ainda é possível realizar o planejamento estratégico, pois permite identificar prioridades, estabelecer metas e definir estratégias para a promoção, proteção e preservação do patrimônio cultural, bem como para o fomento das práticas culturais. Ou seja, a informação oferecerá subsídios para tomada de decisão, pois medidas adequadas, recursos bem alocados, programas e projetos que alcancem as necessidades e expectativas da comunidade requerem informação.

A gestão se entrelaça com a produção, a organização e o uso da informação. É através dessa gestão integrada que as políticas culturais podem ser mais eficazmente formuladas e implementadas, contribuindo para que as ações sejam alinhadas com as necessidades e desejos das comunidades envolvidas. As políticas culturais que utilizam a informação como base promovem um entendimento mais profundo e uma valorização do patrimônio cultural, fortalecendo as identidades locais.

Além disso, a informação desempenha um papel essencial na mediação cultural, permitindo que as comunidades compartilhem suas histórias e tradições. A documentação de práticas culturais e a preservação de memórias orais criam um registro valioso que pode ser utilizado para fins educacionais, turísticos e de pesquisa.

Portanto, a ciência da informação, ao fornecer ferramentas e métodos para a coleta, organização, análise e disseminação de dados culturais, se torna uma aliada indispensável na gestão de políticas culturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial, além de contribuir com a manutenção e salvaguarda de bens e práticas culturais por meio dos inventários participativos na fase de identificação do patrimônio, pode contribuir para mudanças de manifestações que não representam a comunidade. O patrimônio cultural por ser um campo de conflito, precisa de

acompanhamentos, as suas noções variam, principalmente pelas diferentes formações culturais e classes econômicas presentes em cada comunidade.

Além dos conflitos, é importante compreender que os hábitos culturais estão em constante mudança e é necessário acompanhá-los nesse processo, levando em consideração contextos de disputas e transformações culturais. Percebe-se que as pesquisas mencionadas na última seção ofereceram à comunidade a oportunidade de ser protagonista no processo de autoidentificação de seus bens culturais. A participação da sociedade na construção de seu patrimônio cultural é essencial e deve ser democrática, para que a comunidade se reconheça como parte integrante desse patrimônio.

É a própria comunidade quem deve expressar o que a representa, não sendo apenas os agentes do Estado responsáveis por comunicar à comunidade o que é seu patrimônio e como ele deve ser preservado. O trabalho de reconhecimento e preservação deve resultar de um processo de construção coletiva, que inclua a troca mútua de conhecimentos, a fim de garantir a pluralidade, reconhecendo que existem diversas interpretações do que constitui um patrimônio cultural.

Destaca-se também que a responsabilidade de sistematizar informações e produzir conhecimento sobre os patrimônios não deve ser exclusiva dos órgãos preservacionistas federais, estaduais e/ou municipais. As pesquisas acadêmicas têm o potencial de contribuir como fontes de informação sobre as referências culturais de determinado povo ou comunidade, tornando-se um produto importante para a gestão de políticas públicas locais.

Podemos afirmar que, além da contribuição do reconhecimento e da valorização da cultura, as referidas pesquisas trouxeram a reflexão para aplicação de futuras estratégias nas cidades. Foi verificado se há articulação entre as políticas institucionais e as concepções e necessidades da comunidade sobre o patrimônio cultural. Tanto as pesquisas com foco no registro quanto na medição oportunizaram à comunidade e aos seus agentes culturais a discutir e refletir sobre seu patrimônio, autoconhecer-se, bem como a se tornar mais conhecida através de suas manifestações culturais.

Espera-se que estes apontamentos tragam novas discussões para o campo da Ciência da Informação no que se refere ao patrimônio cultural e a educação patrimonial, pois a possibilidade de atuação, no que tange estes campos, não é somente na documentação produzida, mas também na identificação, seleção, análise, classificação e difusão,

independentemente de estarem em espaços institucionais como bibliotecas, arquivos, museus ou centros de documentação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vitória Gomes. **Trânsitos de vozes e memórias: dimensões sociais, patrimoniais das tradições culturais do Cariri cearense**, João Pessoa, 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. São Paulo: KMA, 2018.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BEZERRA, Eutrópio Pereira. **Patrimônio cultural, memória e preservação: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame**, João Pessoa PB. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

FLORÊNCIO, S. R. R. *et al.* **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

GOBBI, Gabriela de Oliveira. **Informação, Memória e Patrimônio Cultural na comunidade pomerana de Santa Maria de Jetibá (ES)**. 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2023.

GOBBI, G. O.; GRIGOLETO, Maira C.; CARNEIRO, F. F. B. Considerações acerca da educação patrimonial em publicações indexadas na BRAPCI. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2024.

GONÇALVES. José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3753385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf Acesso em: 21 abr. 2022.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museu Imperial. 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2016a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial:** inventários participativos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016b.

MIGUEL, M. C.; MORAES, M. F. Educação patrimonial em artigos publicados por periódicos: informação bibliométrica e outras descobertas com a brapci. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1–22, 2023.

OLIVEIRA, Kadidja Valéria Reginaldo de. **A representação do patrimônio cultural na ciência da informação:** uma análise das comunicações do ENANCIB (1994-2019). 2020. 111 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

OLIVEIRA, A. L. T.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; LIMA, I. F. Patrimônio cultural imaterial na perspectiva da Ciência Da Informação: análise das produções científicas apresentadas no grupo de trabalho informação e memória no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **RACIn: revista analisando em ciência da informação**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 117-141, 2017.

PEREIRO, P. X. Patrimonialização e transformação das identidades culturais. *In*: PORTELA, J.; CALDAS, J. C (coord.). **Portugal, chão**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 231-247.

PRATS, Llorenç. El concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, n. 27, p. 63-76, 1998.

SCIFONI, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. *In*: TOLENTINO, Á. B. (org.) **Educação patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p.30-37.

SCIFONI, S. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, e255310, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.255310>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”. ¿ilusión narcisista o reflexion es múltiples? **Antípoda**, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011.

SOUZA, W. E. R. de; CRIPPA, G. O campo da Ciência da Informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 1-23, 2010. DOI: 10.5007/1518-2924.2010v15n29p1.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. **Santa Rosa de Viterbo:** mediações para uma discussão sobre a ideia de patrimônio cultural. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2011.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

TOLENTINO, Á. B.; CASTRO, F. S. R. Encruzilhadas entre a educação patrimonial e museal: histórico, interface e conexões. *In*: MAGALHÃES, F.; COSTA, L.F.C.; HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, F.; CURCINO, A. C. (coord.). *Museologia e património*. Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2020. v. 3, p. 228-264.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio e identidade**: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Rev. CPC, São Paulo*, v. 13, n. 25, p. 7-33, jan./set. 2018.